



Município de Cuba

Câmara Municipal

Ajuste Direto nº 03/22 para Prestação de Serviços de Manutenção de Software AIRC durante o ano de 2022

CONVITE

- 1. OBJETO DO CONTRATO:** O presente procedimento tem por objeto a aquisição dos serviços discriminados no caderno de encargos.
- 2. ENTIDADE ADJUDICANTE:** A entidade adjudicante é o Município de Cuba – Câmara Municipal.
- 3. PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO:** Atendendo ao preço base de € 17.139,00 (dezassete mil cento e trinta e nove euros), o procedimento de contratação reveste a forma de ajuste direto, nos termos do disposto na subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 do art.º 24.º do CCP..
- 4. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:** A decisão de contratar e autorizar a despesa inerente ao presente procedimento foi tomada pelo Presidente da Câmara, em 06/01/2022, no uso da sua competência própria constante da alínea a) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual.
- 5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS:** O órgão competente para a prestação de esclarecimentos é o indicado em 4.
- 6. DOCUMENTOS DA PROPOSTA:** A proposta é constituída pela declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I, pelo preço proposto para a prestação de serviços e pelas condições de pagamento. Ao preço deve acrescer o IVA, à taxa legal em vigor.
- 7. PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:** O prazo para apresentação da proposta é até às 23h59 do 5º dia contínuo a contar a partir da data da respetiva expedição, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 469.º do CCP.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: A proposta, obrigatoriamente redigida em língua portuguesa, deve ser apresentada através da plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>.

6. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS: As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

7. CAUÇÃO: Nos termos do n.º 2 do art.º 88.º do CCP, não é exigível a prestação de caução.

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Após a adjudicação, o adjudicatário fica obrigado, nos termos do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, a apresentar através do meio eletrónico referido em 5, no prazo de 5 dias úteis a contar da sua notificação, os seguintes documentos:

- a) Anexo II a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
- b) Certidão de Registo Permanente;
- c) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º.

Em caso de indisponibilidade do meio de transmissão eletrónico de dados indicado em 5, os documentos poderão ser apresentados através do correio eletrónico geral@cm-cuba.pt.

9. PRAZO PARA SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Existindo irregularidades nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do art.º 86.º do CCP, deve o adjudicatário suprimi-las no prazo de 2 dias úteis.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Em tudo o omissso no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de...(designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro

aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos

comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento

adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *i*) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º